



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 1407550-7 (1102800-2)			
DETERMINAÇÃO:			
1. Seja processado estudo das necessidades de pessoal no Quadro de Servidores do Poder Legislativo para a sua adequação à realidade, criando-se, por lei, os cargos de caráter efetivo para a execução dos serviços necessários ao desempenho do Poder, provendo-os através do pertinente concurso público.	Cumprido	Foi realizado em 2016 Concurso Público e os servidores já tomaram posse.	
2. Tendo em vista que a Decisão T.C. nº 0669/09, referente ao exercício financeiro de 2007, a Decisão T.C. nº 2.131/10, relativa às contas de 2008, e o Acórdão T.C. nº 1.153/11, referente ao exercício financeiro de 2009, já determinaram a sustação da concessão de verbas indenizatórias de apoio a gabinetes e a adoção de	Cumprida	Não existe mais verba indenizatórias	





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

sistemático planejamento das aquisições e/ou contratações de serviços necessários aos gabinetes dos vereadores, com vista à realização de certame licitatório (ressalvadas as hipóteses excepcionais previstas na legislação), estando casuisticamente orientada a Administração do Poder Legislativo sobre procedimentos da execução orçamentária e financeira, faz-se desnecessária a sua repetição à atual gestão, assim como àquela que venha a suceder-lhe.			
--	--	--	--

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acordãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.